



Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de
Justiça
para os devidos fins.

Em 17/5/18

Conceição de Maria Lages Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado Filomino
Paulo
para relatar.

Em 17/5/18

[Assinatura]
Presidente Comissão de Constituição
e Justiça



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL FIRMINO PAULO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA DO GOVERNO Nº 19, DE 11 DE MAIO DE 2017 – PROCESSO Nº 17152/2018 – MENSAGEM Nº 23/GG

EMENTA: “Autoriza o Poder Executivo por intermédio do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/PI a proceder a habilitação de pessoas jurídicas de direito público ou privado para o exercício da atividade de vistoria e inspeção veicular no âmbito do Estado do Piauí.”

AUTOR: GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ.

RELATOR: DEP. FIRMINO PAULO (PP).

I – RELATÓRIO

Foi enviada a esta Assembleia Legislativa a Mensagem nº 23/GG que traz anexado consigo o Projeto de Lei Ordinária do Governo nº 19, de 11 de maio de 2018, de autoria do chefe do Poder Executivo estadual para regular tramitação.

A proposição foi encaminhada a esta relatoria da Comissão de Constituição e Justiça nos termos do art. 47, VI e art. 133, I c/c art. 34, I, “a”, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, para emissão de parecer, em observância ao que preceitua os arts. 137 a 139 da mesma norma, quanto aos aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa do Projeto de Lei na forma apresentada.

Observamos que a proposição faz parte do processo legislativo nos moldes do art. 59, III, da Constituição Federal c/c os arts. 73, III, da Constituição do

FSR



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL FIRMINO PAULO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Estado do Piauí e 96, I, "b", do Regimento Interno, podendo ser proposta por iniciativa do Governador do Estado, com base no art. 75, *caput*, da Constituição Estadual c/c o art. 105, III, do Regimento, obedecendo todos os trâmites normais.

II – VOTO DO RELATOR

Trata-se de Projeto de Lei Ordinária do Governo que autoriza o Poder Executivo estadual por intermédio do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN-PI, a proceder a habilitação de pessoas jurídicas de direito público ou privado para o exercício da atividade de vistoria e inspeção veicular no âmbito do Estado do Piauí.

Segundo a Mensagem do Governo, atualmente essa situação é regulamentada pela Lei Estadual nº 6.461, de 19 de dezembro de 2013, que em seu art. 1º disciplina que fica o Poder Executivo, por intermédio do DETRAN-PI, autorizado a realizar a concessão, mediante licitação, dos serviços relativos a vistoria e inspeção veicular técnica, de segurança e ambiental, no âmbito do Estado do Piauí, devendo os parâmetros de tais serviços seguirem a respectiva legislação federal.

Tendo em vista a necessidade de adequação à legislação federal e o cumprimento das Resoluções do Contran nº 466, de 11 de dezembro de 2013 e nº 716, de 30 de novembro de 2017, se faz necessário a revogação das disposições em contrário, visto que, conforme essas normas, a operação de inspeção técnica veicular poderá ser realizada diretamente pelo órgão e entidade executiva de trânsito do Estado ou do Distrito Federal, ou, indiretamente, por pessoa jurídica de direito público ou privado previamente credenciada.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL FIRMINO PAULO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Ao examinar o Projeto de Lei, verificamos que a matéria nele tratada encontra-se inserida no rol das competências legislativas privativas do Chefe do Poder Executivo estadual, nos termos do art. 75, § 2º, III, "b", da Constituição do Estado do Piauí.

"Art. 75. (...) "

§ 2º São de iniciativa privativa do Governador as leis que:

(...)

III - estabeleçam:

(...)

b) criação, estruturação, extinção e **atribuições** das Secretarias de Estado e demais órgãos do Poder Executivo." (Grifo nosso).

Portanto, concluímos que não existem impedimentos de ordem constitucional, legal, jurídica, regimental e de técnica legislativa, razão pela qual votamos pela sua **aprovação**.

III – PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça – CCJ, após discussão e votação da matéria, delibera:

() pelo acatamento do voto do relator, apurado através dos votos dos deputados membros desta Comissão, presentes à reunião;

() pela rejeição do voto do relator, apurada através dos votos dos deputados membros desta Comissão, presentes à reunião.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL FIRMINO PAULO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 17 de maio de 2018.

Dep. Firmino Paulo
Relator

APROVADO À UNANIMIDADE
EM <u>29/05/18</u>
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE:
<u>Justiça</u>